

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA CIDADÃ DO RECIFE

Recife, 27 de junho de 2019.

PARTICIPANTES:

Adelço Caliaro - TITULAR - Instituto Boa Vista
Ana Flávia Feitoza - TITULAR - Secretaria de Educação
Bruna Alves – TITULAR – Associação Pernambucana de Cegos
Elizabeth Godinho – SUPLENTE - Secretaria Executiva de Direitos Humanos
Fabíola Farias – TITULAR - Procuradoria do Município
Isaac Machado – Coordenador – Federação das Entidades Comunitárias Ibura/Jordão
Maria da Conceição Cardoso – SUPLENTE – Movimento Negro Unificado
Márcia Valle – TITULAR - SARAVIDA
Márcio Tavares - SUPLENTE - OAB
Michelle Collins – TITULAR – Câmara Municipal do Recife
Vagner Lucas – TITULAR - Associação Moradores da Mustardinha
Vinícius Procópio - SUPLENTE - Associação Moradores da Mustardinha
Vicente Barbosa – SUPLENTE - Movimento Integrar de Pernambuco
Wellington Pastor – TITULAR - Secretaria Executiva de Direitos Humanos

Às nove horas do dia 27 de Junho de dois mil e dezenove, reuniram-se na sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, os integrantes dos órgãos supramencionados com o intuito de realizar a **DÉCIMA NONA** reunião ordinária do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã do Recife. A reunião inicia-se, com a coordenação do conselheiro Isaac Machado e com a leitura da pauta do pleno e em seguida é feita a leitura da ata do último pleno, pela secretária Ana Ligia Vanderlei. A Conselheira Fabíola Farias, pede que seja corrigida sua fala quanto a participação dos membros suplentes do conselho na reunião, bem como, pedindo a supressão da frase “por questões pessoais” como um dos os motivos que estava posto para seu afastamento. Sem mais, a ata foi aprovada pelo pleno. Em seguida, o Conselheiro Isaac Machado, dá seguimento ao primeiro ponto de pauta, os informes, e por ocasião o mesmo apresenta o calendário de atividades referentes à Conferência da Pessoa Com Deficiência, e chama atenção para importância da participação de todos, sem mais informes, o Conselheiro Isaac Machado passa a palavra para o conselheiro Wellington Pastor que dar início ao segundo ponto da pauta, eleição do conselho,

informando que após o termino do processo eleitoral, ocorrido no último pleno, 30 de maio de 2019, o Movimento Integrar de Pernambuco protocolou na Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos, um pedido de vista ao procedimento eleitoral ocorrido, uma vez que, de acordo com as normas do conselho, a votação da mesa diretora deveria ser por todos que compõe o conselho e, não somente, pelos membros da sociedade civil, conforme ocorreu, assim, o mesmo fez a leitura do referido documento e esclareceu que a demanda apresentada tenha como objetivo dois encaminhamentos, reiniciar o processo eleitoral ou dar continuidade ao processo, entendendo que o mesmo não se exauriu no último pleno. Dito isso, o mesmo passou a fala para que a instituição, que apresentou o questionamento, pudesse apresentar/reforçar os motivos pelos quais os levaram a protocolar tal documento. Assim, o Movimento Integrar de Pernambuco, arguiu que não estava questionando a referida instituição, mas argumentou o desconhecimento do rito eleitoral estabelecido nas normativas e, que após consultar tais documentos, percebeu que o processo não observou ao que estava posto nos marcos legais do conselho, bem como, o desconhecimento das questões internas, considerando que a participação da instituição era pela ocasião do integrante falecido, Horácio Barros; com o fim de sua fala, a palavra foi cedida à Federação das Entidades Comunitárias Ibura/Jordão que argumentou que compreendia as dúvidas apresentadas pela instituição, mas que isso não poderia invalidar o processo ocorrido, pois considerando que em todos os conselheiros, nos quais participa, e até mesmo no próprio Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, todos os processos eleitorais ocorrido, no passado, foram divididos entre sociedade civil e governo e, que não legitimar o processo era desconhecer os processos eleitorais passados. Em seguida, a conselheira Elizabete Godinho faz um resgate histórico acerca do funcionamento do conselho e seus respectivos processos eleitorais, concluindo que não há um rito pré-estabelecido, como também, não há uma uniformidade dos processos eleitorais anteriores, finalizando sua fala registrando que em cada ocasião foi estabelecido uma maneira, a partir da realidade e da necessidade do momento e que cabe ao pleno, por hora, estabelecer como se deve proceder diante dos fatos ocorridos. Em seguida, são abertas as inscrições para falas e a primeira instituição a falar é da Associação dos Moradores da Mustardinha que pergunta ao Movimento Integrar o porquê do pedido de vistas, que prontamente, é respondido pelo conselheiro Vicente Barbosa afirmando que os motivos já foram apresentados no inicio do pleno. Em seguida, o conselheiro Vinicius Procópio, também da Associação dos Moradores da Mustardinha, faz referência às normas costumeiras executadas pelos conselheiros para eleição internas, bem como a outros dispositivos

legais, para legitimar o processo que elegeu a Federação das Entidades Comunitárias Ibura/Jordão como entidade coordenadora do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã para o biênio 2019/2021. Em seguida, a conselheira Fabíola Farias chama atenção para necessidade de rever os documentos do conselho para uma futura correção afim de que situações como essa não venham mais acontecer. De posse da palavra, o conselheiro Isaac Machado reforça sua fala anterior, sobre os ritos ocorridos para eleição da sociedade civil, nos conselhos, reiterando que sociedade civil deve votar em sociedade civil e o governo igualmente. Em seguida, a conselheira Maria Lucia, suplente da Federação das Entidades Comunitárias Ibura/Jordão, diz que os motivos pelos quais a fizeram participar do pleno de hoje, é para saber se o questionamento apresentado é pessoal ao conselheiro Isaac ou a Federação das Entidades Comunitárias Ibura/Jordão, pois segundo a conselheira, a Federação das Entidades Comunitárias Ibura/Jordão, está sendo perseguida dentro da Prefeitura do Recife, situação que a deixa bastante angustiada, e fala da atuação de sua instituição. Assim, a conselheira Fabíola Farias, da procuradoria, afirma que não tem nada contra a pessoa do conselheiro Isaac, mas, questiona as falas direcionadas a sua pessoa no último pleno, contudo, diz não querer levar a diante o ocorrido entendendo que não vale a pena. Em seguida, a palavra é cedida ao Movimento Negro Unificado na pessoa da conselheira Conceição Cardoso que sugere que os membros do conselho possam passar por uma formação, considera pertinente a entrega do documento, do Movimento Integrar, ao Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos, prezando pelo princípio da impessoalidade que ficaria comprometido se o documento fosse entregue no próprio conselho e concluí registrando a necessidade de corrigir os documentos oficiais do conselho. Em seguida é a vez da Sociedade Assistencial SARAVIDA, na pessoa da conselheira Márcia Batista que reforça a importância de legitimar o processo, e considera importante fazer as correções necessárias nos documentos do conselho, bem como da importância de darmos sequência às atividades do conselho. Em seguida, a conselheira e vereadora Michelle Collins informa que na maioria dos conselhos em que participa e, tem conhecimento, as eleições para os cargos acontecem separadamente, entre a sociedade civil e governo e reforça a legitimidade do processo ocorrido, bem como, da necessidade de adequar os dispositivos legais. Na oportunidade, a vereadora responde ao Movimento Integrar sobre seu questionamento acerca da reorganização da Avenida Conde da Boa Vista, informando a todos que enquanto parlamentar está acompanhando de perto as questões que envolve a mesma, bem como integra uma subcomissão especialmente criada para essas questões, registrando que já houveram duas audiências. Em seguida, o

conselheiro Vinícius Procópio registra a importância de dar continuidade aos trabalhos do conselho e a conselheira Elizabete Godinho responde a conselheira Maria Lucia da Federação das Entidades Comunitárias, reforçando que os questionamentos, ali apresentados, não são direcionados ao conselheiro Isaac Machado, mas sim ao rito regimental e ressaltou a participação da entidade na cidade do Recife. Em seguida, é posto em votação as duas propostas: 1º - A manutenção do processo eleitoral ocorrido, com a revisão dos documentos para adequação posterior. 2º - Nova eleição. Assim votaram: Associação dos Moradores da Mustardinha, a Câmara Municipal do Recife, o Movimento Negro Unificado (MNU), a Associação Pernambucana de Cegos (APEC), a Secretaria de Educação e OAB e a Federação das Entidades Comunitárias Ibura/Jordão na primeira proposta e o Instituto Boa Vista e o Movimento Integrar na segunda proposta, compreendendo que a primeira proposta já tinha sido aprovada, não foi preciso continuar a votação. Continuando o processo eleitoral, mas agora para definir quem ficaria na secretaria, após debate, a Associação dos Moradores da Mustardinha candidata-se ao cargo, iniciada a votação, tem os votos da: Sociedade Assistencial SARAVIDA, Associação Pernambucana de Cegos e da Federação das Entidades Comunitárias Ibura/Jordão, já o Instituto Boa Vista, Movimento Integrar, Movimento Negro Unificado, e a OAB se abstém da votação, ficando a Associação dos Moradores da Mustardinha aprovada em pleno. Fica estabelecido que o Governo informará, no prazo de 15 dias, quem ficará na suplência da coordenação do conselho, bem como na tesouraria. A conselheira Maria Lúcia chama atenção para o número de abstenções e espera que passado o pleno não haja questionamentos. Por fim, o conselheiro Vinícius Procópio fala da importância da participação dos conselheiros suplentes nos plenos, a vereadora Michelle Collins pede que o grupo do whatsapp seja reorganizado, somente com as instituições que fazem parte do conselho e que os conselheiros evitem postagens fora dos contexto do grupo e todos concordam, na oportunidade, o Movimento Integrar de Pernambuco solicita que não seja incluído no grupo de whatsapp, solicitando que qualquer informação seja direcionado por correio eletrônico ou ligação, bem como, pede que a secretaria do conselho providencie crachás de identificação, considerando a importância da identificação em determinadas situações. Sem mais, para o momento termina-se o pleno.

W. Pastor

WELLINGTON PASTOR

Vice Presidência CMDH

Ana Lígia Vanderlei

ANA LÍGIA VANDERLEI

Secretária "ad hoc" CMDH